

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Banco Société Générale Brasil S.A.

30 de junho de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras com o relatório de auditoria dos Auditores Independentes referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

O Conglomerado Société Générale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. É uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Société Générale Brasil S.A., além da própria entidade individual, publica as demonstrações financeiras individuais em separado da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil. O Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2021 atingiu o valor de R\$ 1,57 bilhão (R\$ 1,53 bilhão em 31 de dezembro de 2020) e os ativos ponderados pelo risco alcançaram 37,48% (35,55% em 31 de dezembro de 2020) – Índice alcançado de Basileia.

O banco apresentou um lucro de 60 milhões no primeiro semestre de 2021 (lucro de 55,7 milhões no primeiro semestre de 2020).

COVID 19

O banco avalia que esse semestre ainda foi marcado pelos desdobramentos da pandemia do COVID 19, que atingiu a economia com consequências a qual não houve impacto significativo no banco. Em 2021 não há impacto a destacar e em 2020 houve uma leve deterioração nos ratings da carteira de crédito e consequente aumento da despesa de PDD devido à alteração do cenário macroeconômico que foi capturado pelos modelos de provisionamento por perda esperada do grupo. Esse resultado pode ser verificado na nota explicativa 13 de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O banco permanece com o teletrabalho para a maioria de seus funcionários sem impactos nas atividades diárias e perfeita continuidade de seus negócios e atividades operacionais e regulatórias.

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Société Générale e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.327/14, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades.

O Grupo contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia que permite às instituições financeiras compreender melhor os riscos ambientais em suas atividades. Como membro ativo da Federação Bancária Europeia (EBF) e da Federação Bancária Francesa (FBF), o grupo atua no

sentido de promover a regulamentação adequada do financiamento sustentável e apoia as propostas regulatórias em matéria de financiamento sustentável.

Os princípios socioambientais do Grupo SG visam promover o desenvolvimento sustentável em parceria com as partes interessadas (clientes e colaboradores), através de uma relação ética e transparente, da preservação do meio ambiente para as gerações futuras e o respeito à diversidade.

O Grupo SG Brasil, por meio do Instituto Société Générale de Responsabilidade Social, tem como missão valorizar e transformar vidas humanas por meio da “promoção gratuita da educação, capacitação profissional, esporte, saúde, preservação do meio ambiente, arte e cultura”.

As políticas de responsabilidade ambiental e social encontra-se no endereço eletrônico do sitio no Brasil : <https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-ambiental/> e <https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-social/>

Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859/20, o Grupo Société Générale designou o Canal de Ouvidoria a seus clientes (constituído em cumprimento à Resolução CMN nº 4.860/20) e o Canal de Denúncias aos seus funcionários, por meio do qual possa ser utilizado, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet e intranet do banco no Brasil. Canal de Denúncias:

<https://societegeneralebrasil.com.br/site/canal-de-denuncias/>

A Administração do Grupo Société Générale Brasil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedicação.

São Paulo, 27 de agosto de 2021

Administradores

LUIS FIDEL EMILIANO SAINZ CARRILLO
MÁRIO MARCOS LOPES
PAULO FAGUNDES DE LIMA – DIRETOR RESPONSÁVEL PELA ÁREA CONTÁBIL
AURELIEN GUILLAUME ALEXANDRE COTTARD
EDUARDO YASUDA IRIE
ROBERTO LUIS MARTINELLI DE OLIVEIRA

Contador

LEANDRO DOS SANTOS - CRC - SP 262040/O-6

Banco Société Générale Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

30 de junho de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente.....	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Banco Société Générale Brasil S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para

cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Carteira de Câmbio

O Banco possui ativos e passivos relevantes relacionados a carteira de câmbio que, conforme mencionado na nota explicativa nº 11, compreendem posições de operações de câmbio. Consideramos a carteira de câmbio um assunto relevante de auditoria, devido a magnitude dos valores envolvidos, e pelo fato de ser uma das principais atividades do Banco com alto volume de operações no semestre.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização do entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como efetuamos testes de controles internos relacionados com: a originação das operações; a análise e aprovação de operações de câmbio considerando os níveis de alçadas estabelecidas; reconhecimento de receita e despesa, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de câmbio, de testes relativos à análise da documentação em conjunto com o recálculo dos ativos e passivos das operações na data base do procedimento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de câmbio e nos resultados obtidos, consideramos apropriadas a contabilização e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

2. Instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores

O Banco possui em seu portfólio de investimentos, instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores, conforme nota explicativa nº 7, os quais são precificados e registrados ao seu valor justo. A mensuração desses instrumentos financeiros derivativos a valor justo requer da administração a utilização de modelos de precificação e premissas subjetivas, como a utilização de inputs observáveis e não observáveis de informações tais como fluxo de caixa esperado, taxa livre de risco e spread de risco de crédito, dentre outros. Devido à natureza desses instrumentos financeiros, e considerando a complexidade e subjetividade em suas metodologias de precificação, consideramos a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores para nos auxiliarem e suportar a avaliação das metodologias de precificação e premissas consideradas pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

3. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de acordo com o determinado pela Resolução nº2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa nº9 às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2021, o saldo bruto de operações de crédito era de R\$2.244.405 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 34.655 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações ocorridas; e (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº9 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia (“ITGCs”) implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliarem na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de tecnologia, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco Société Générale Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria, sem modificações, em 20 de agosto de 2021.

Demonstrações do resultado abrangente (DRA)

As demonstrações do resultado abrangente (DRA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar às disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 2/20 do Banco Central do Brasil (BACEN). Em nossa opinião, essas demonstrações do resultado abrangente foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessas Resoluções e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das

demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Emerson Morelli
Contador CRC- 1SP249401/O-4



Marília Nascimento Soares
Contadora CRC- SP301194/O-9

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Disponibilidades	5	224.037	305.839
Instrumentos financeiros		17.660.327	21.255.901
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	2.920.308	4.991.288
Títulos e valores mobiliários carteira de negociação	7	71.512	128.309
Títulos e valores mobiliários carteira de disponíveis para venda	7	896.719	974.717
Instrumentos financeiros derivativos	7	504.559	260.116
Relações interfinanceiras		1.590	1.464
Negociação e intermediação de valores	8.a	66.191	-
Carteira de câmbio	11	12.095.828	13.366.637
Operações de crédito - setor privado	9.a	733.073	957.009
Operações de crédito - setor privado - outros créditos	9.a	300.462	433.118
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	10	203.599	276.757
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de disponíveis para venda	7	(133.514)	(133.514)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.g	(34.655)	(35.998)
Créditos tributários	12.a	30.496	17.355
Outros ativos		588.927	506.210
Rendas a receber		1.016	518
Despesas antecipadas	13	864	1.263
Diversos	12.a	587.047	504.429
Investimentos		19	19
Outros investimentos		19	19
Ativo imobilizado		4.235	4.823
Imobilizado de uso		16.923	16.823
Depreciações		(12.688)	(12.000)
Imobilizado de arrendamento		13.867	15.144
Bens arrendados		17.918	17.918
Depreciações acumuladas de arrendamento		(4.051)	(2.774)
Ativos intangíveis		69	94
Total do ativo		18.487.322	22.069.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2021	2020
Depósitos e demais instrumentos financeiros		16.405.382	20.006.806
Depósitos	16	76.189	209.424
Captações no mercado aberto	17	91.977	159.920
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	743.939	1.004.970
Obrigações por empréstimos e repasses	18	4.318.804	6.315.695
Carteira de câmbio	11	11.166.801	12.262.161
Relações interdependências		7.659	23.357
Negociação e intermediação de valores	8b	13	31.279
Provisões		435.244	419.541
Fiscais e previdenciárias	12.b	74.881	29.046
Diversas	12.c	359.140	389.696
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.223	799
Outros passivos		4.368	3.736
Resultado de exercícios futuros	19	4.368	3.736
Obrigações fiscais diferidas	12.b	73.104	111.417
Patrimônio líquido		1.569.224	1.527.887
Capital		2.956.929	2.956.929
Reserva de capital	27	3.592	3.753
Reserva de lucros		273	273
Outros resultados abrangentes			
Ativos de avaliação patrimonial – Ativos financeiros disponíveis para a venda	20.e	(37.273)	(17.514)
Ajustes de avaliação patrimonial Hedge de fluxo de caixa	20.f	537	(734)
Prejuízos acumulados		(1.354.834)	(1.414.820)
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		1.569.224	1.527.887
Total do passivo e patrimônio líquido		18.487.322	22.069.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
Em milhares de R\$, exceto lucro (prejuízo) por ação

	Nota explicativa	2021	2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		819.025	1.732.494
Operações de crédito		32.373	33.501
Operações de arrendamento mercantil		14.665	30.830
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		145.779	159.584
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e.2	626.208	1.508.579
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(694.976)	(1.620.416)
Operações de captações no mercado		(13.680)	(19.265)
Operações de empréstimos e repasses	18	(273.836)	(1.885.122)
Resultado de operações com câmbio		(408.802)	299.044
(Constituição)/reversão para créditos e outros créditos de liquidação c	10	1.024	(12.877)
Provisão/Reversão para operações de arrendamento mercantil de liqu	10	318	(2.196)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		124.049	112.078
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(34.784)	(43.520)
Receitas de prestação de serviços		51.442	28.271
Rendas de tarifas bancárias		27	23
Despesas de pessoal		(49.454)	(50.345)
Outras despesas administrativas	23	(44.450)	(32.312)
Despesas tributárias		(28.020)	(12.196)
Outras receitas operacionais	24	42.875	38.084
Outras despesas operacionais	25	(7.204)	(15.045)
RESULTADO OPERACIONAL		89.265	68.558
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		272	42
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		89.537	68.600
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(28.063)	(11.312)
Provisão para imposto de renda corrente		(39.248)	(547)
Provisão para contribuição social corrente		(25.141)	-
Imposto diferido		36.326	(10.765)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO RESULTADO		(1.488)	(1.592)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		59.986	55.696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2021	2020
	Nota		
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		59.986	55.696
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:		<u>(18.488)</u>	<u>1.256</u>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	20 (e)	<u>(19.759)</u>	<u>(2.562)</u>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(35.927)	(4.658)
Imposto de renda		16.168	2.096
Hedge de Fluxo de caixa	20 (f)	<u>1.271</u>	<u>3.818</u>
Hedge de Fluxo de caixa		2.311	6.942
Imposto de renda		(1.040)	(3.124)
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos:		<u>(161)</u>	<u>796</u>
Plano de Benefícios	27	<u>(161)</u>	<u>796</u>
Pagamento baseado em ações		(161)	796
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE		<u>41.337</u>	<u>57.748</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 E JUNHO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>2.956.929</u>	<u>2.559</u>	<u>227</u>	<u>(6.897)</u>	<u>(1.506.273)</u>	<u>1.446.545</u>
Plano de pagamento baseado em ações	27						
- Controlador		-	796	-	-	-	796
Ajustes de avaliação patrimonial	20.e, 20.f	-	-	-	1.256	-	1.256
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	55.696	55.696
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020		<u>2.956.929</u>	<u>3.355</u>	<u>227</u>	<u>(5.641)</u>	<u>(1.450.577)</u>	<u>1.504.293</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>2.956.929</u>	<u>3.753</u>	<u>273</u>	<u>(18.248)</u>	<u>(1.414.820)</u>	<u>1.527.887</u>
Plano de pagamento baseado em ações	27						
- Controlador		-	(137)	-	-	-	(137)
- Controladas		-	(24)	-	-	-	(24)
Ajustes de avaliação patrimonial	20.e, 20.f	-	-	-	(18.488)	-	(18.488)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	59.986	59.986
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021		<u>2.956.929</u>	<u>3.592</u>	<u>273</u>	<u>(36.736)</u>	<u>(1.354.834)</u>	<u>1.569.224</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020
Lucro líquido do semestre	59.986	55.696
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa	798.130	1.649.553
Depreciações e amortizações	1.989	1.731
Superveniência de depreciação	10 44.984	4.917
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	9 89	(89)
Provisão (reversão) para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	10 (318)	2.196
Provisão (reversão) para perdas com outros créditos	9 (1.113)	9.784
Constituição de provisão adicional	9 (1.815)	3.182
Atualização de depósitos judiciais	24 (2.757)	(4.650)
Constituição/reversão de provisão para riscos	14 (ii) (27.989)	(19.267)
Atualização de riscos	14 (ii) (2.592)	3.089
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	24 (72)	(721)
Impostos diferidos	21 (36.326)	10.765
Varição cambial de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos.	623.315	1.579.630
Juros de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos.	(16.729)	(9.599)
Ajuste MTM sobre TVM e Derivativos	236.113	66.533
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação	20.e, 20.f (18.488)	1.256
Provisão para pagamento de plano de ações	27 (161)	796
Lucro líquido ajustado/(Prejuízo)	858.116	1.705.249
Varição de ativos e obrigações	(243.096)	(825.830)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	2.113.585	(1.375.684)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	132.548	(121.940)
Aumento em operações de arrendamento mercantil	27.419	28.300
Redução em relações interfinanceiras e interdependências	(115.410)	(14.332)
(Aumento) redução em operações de crédito	(66.969)	(581.011)
Redução em outros créditos	1.195.428	(2.065.691)
Redução em despesa antecipada	-	37
Aumento (redução) em depósitos	(133.235)	(16.123)
Aumento (redução) no mercado aberto	(1.678.803)	1.989.778
Redução em outras obrigações	(856.160)	781.602
Impostos pagos	(73.854)	(27.679)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos	(739.340)	593.486
Juros pagos/(recebidos) sobre operações	(48.937)	(17.715)
Redução em resultados de exercícios futuros	632	1.142
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	615.020	879.419
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado de uso	(101)	(254)
Aquisição de imobilizado de arrendamento mercantil	-	(4.998)
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades de investimento	(101)	(5.252)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	(2.307.553)	964.113
Caixa líquido oriundo das (investidos nas) atividades de financiamento	(2.307.553)	964.113
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE	(1.692.634)	1.838.280
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	4.738.918	2.378.799
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE	5 3.046.284	4.217.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”), organizado sob a forma de banco múltiplo, localizado na Avenida Paulista, número 2.300, 9  andar, cidade de São Paulo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas opera es são conduzidas no contexto de um conjunto de institui es que atuam integralmente no mercado financeiro. Certas opera es têm a co-participa o ou a intermedia o de institui es associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil (“Conglomerado” ou “Consolidado”). O benefício dos serviços prestados entre essas institui es e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. O Banco   controlado pelo Société Générale companhia existente de acordo com as leis da França.

O suporte das opera es do Banco   empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil vem sendo realizado através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França).

2. APRESENTA O DAS DEMONSTRA ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstra es financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instru es do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Institui es do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas conforme princípios de consolida o emanados da legisla o societária brasileira e abrangem o Banco Société Générale Brasil S.A. (líder do conglomerado) e sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, cuja elabora o das demonstra es financeiras individuais   de responsabilidade direta de cada empresa, sendo a consolida o geral elaborada pelo líder do Conglomerado. As demonstra es financeiras são elaboradas de forma consolidada do Conglomerado Prudencial.

As demonstra es contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolu o n  4.280 de 31 de outubro de 2013 CMN e Circular n  3.701 de 31 de março de 2014 do Banco Central do Brasil (BACEN) que, estabelecem procedimentos para a elabora o, a divulga o e a remessa ao BACEN destas demonstra es. A resolu o BCB n  2/2020 estabelece critérios gerais e procedimentos para elabora o e divulga o das Demonstra es Financeiras.

Essas demonstra es financeiras, as demonstra es financeiras do conglomerado prudencial consolidadas e as demonstra es financeiras em IFRS são divulgadas no sítio eletrônico do banco e enviados a Central de Demonstra es Financeiras do Sistema Financeiro Nacional.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elabora o das demonstra es financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elabor o e Divulga o de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolu o CMN n  4.144/12

- b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- c) CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- d) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- e) CPC 04 - Ativo Intangível – homologado pela Resolução nº 4.534/16;
- f) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- g) CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- i) CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
- l) CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.
- m) CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Circular nº 3.959/2019.
- n) CPC 46 – Mensuração do valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019
- o) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 18 de agosto de 2021.

No semestre findo em 30 de junho de 2021 houve resultado não recorrente de R\$ 1.753 relacionado a despesas de contribuição social em virtude da majoração da contribuição social. Para o período entre julho e dezembro de 2021 a alíquota da contribuição para o passivo discal diferido foi calculada sob a alíquota de 25%, conforme lei nº 14.183, publicada em 14 de julho de 2021 e para o período após 31 de dezembro de 2021 a alíquota de contribuição para o passivo fiscal diferido é de 20% (nota explicativa 20 d). Não houve resultados não recorrentes relevantes no ano de 2020. Entende-se como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 4.818/20.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes, denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período. Certos contratos de “swap” foram contratados em negociação associada a operações de crédito e, conforme permitido pelo BACEN, não foram ajustados ao valor de mercado;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos;
- e
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o exercício, agregando os custos inerentes ou transferido o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.
- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido em ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito, operações de arrendamento e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito e de arrendamento mercantil vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo “rating” em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito registrados na rubrica “Outras obrigações”.

Conforme instruções do Banco Central o Banco contabiliza provisão adicional de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em relação as perdas calculadas no ECL (expected credit loss) da Matriz. As provisões calculadas pela Matriz e locais são comparadas por cliente e quando a provisão da Matriz for maior é constituído o valor da diferença no resultado local.

f) Operações de Arrendamento Mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda e contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme seguem:

f.1) Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de arrendamento mercantil financeiro são registradas a valor presente, e as contas que compõem o saldo são descritas abaixo:

i. Arrendamento a receber

Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de “Rendas a apropriar de arrendamento mercantil”. As contraprestações de arrendamento são registradas como “Receitas da intermediação financeira – operações de arrendamento mercantil” pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável.

ii. Rendas a apropriar

As rendas das operações de arrendamento que estiverem vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecerão nessa classificação por seis meses, quando então serão baixadas contra a provisão existente e passarão a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

iii. Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de “Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil”.

iv. Valores residuais garantidos

Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica de “Valores residuais a balancear”.

v. Perdas de arrendamento a amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados.

vi. Superveniência ou insuficiência de depreciação

Na apuração do resultado do diário é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando a taxa interna de retorno de seu respectivo contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e das operações de arrendamento, registrando a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é registrada no resultado, como receita na rubrica de “Operações de arrendamento mercantil” e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa na rubrica de “Operações de arrendamento mercantil”, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

f.2) Arrendamento Mercantil Operacional

i. Arrendamento Operacional a Receber

Refletem o valor presente das contraprestações a receber, atualizado de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

ii. Rendas a apropriar

Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber, sendo apropriadas ao resultado quando da emissão das parcelas contratuais.

iii. Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional

Registrado pelo custo de aquisição, deduzidas as respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo prazo dos contratos de Arrendamento Mercantil Operacional e baseada na estimativa do valor de mercado dos respectivos bens ao final do contrato.

g) Carteira de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pró-rata” dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

h) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

i) Investimentos

- As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;

- As ações da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, registradas ao valor de custo; e
- Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

j) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

k) Depreciações

- Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%; e

l) Intangível

No Consolidado, inclui gastos com softwares ao custo de aquisição ou formação, cuja amortização é feita pelo método linear pelo prazo de vigência das licenças de uso para os softwares.

m) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

n) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

o) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia.

p) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;

- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

q) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até junho de 2021, considerando a alíquota de 20% para o Banco e 15% para Leasing. Para o período entre julho e dezembro de 2021 a alíquota da contribuição passará a vigorar sob a alíquota de 25% para Banco e 20% para Leasing, conforme lei nº 14.183, publicada em 14 de julho de 2021.

r) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

s) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

t) Resultado por ação

A divulgação do lucro/(prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro líquido/(prejuízo) do período pela quantidade total de ações.

u) Pagamento baseado em ações

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em a es. Os planos são reconhecidos como despesa pessoal pr -rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transa o seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquida o seja efetuada em dinheiro.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil, de acordo com a natureza das opera es e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades do Banco SG, e em conformidade com a Res.4557/17 do CMN. Os indicadores de todos os tipos de risco são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios.

A  rea de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores para garantir que a exposi o não ultrapasse os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos ao CRO e   alta administra o.

A avalia o de todos os riscos   parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos   realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital requerido pela Resolu o 4.557 que não fazem parte dessas “Demonstra es Financeiras” está disponível no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br

I. Risco de crédito

Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco   um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferi o e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das opera es efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados   análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentra o, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

No semestre findo em 2020 houve uma leve deteriora o nos ratings da carteira de crédito e conseqüente aumento da despesa de PDD no exercício devido   altera o do cenário macroecon mico a partir da segunda quinzena de março de 2020, resultado da pandemia de COVID 19, que foi capturado pelos modelos de provisionamento por perda esperada do grupo. O Banco opta por ser conservador e compara a provisão calculada pela regulamenta o local da Resolu o 2.682 com a provisão por perda esperada (ECL-expected credit loss) calculada pelo grupo. Esta compara o   efetuada individualmente por cliente e a provisão   incrementada e igualada ao ECL se essa última maior. No semestre de 2021 houve uma reversão no valor de R\$ 1.815 e no semestre de 2020 em incremento no valor de R\$ 2.772.

II. Risco de mercado

  o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscila o de preços e taxas de mercado em fun o de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posi es detidas pelo Banco Société Générale (BSGB). São classificadas como fonte de risco de mercado as opera es sujeitas   varia o das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de a es e dos preços de mercadorias (commodities).

Todas as opera es existentes no BSGB são consideradas para efeito de monitoramento de risco de mercado, exceto as opera es vinculadas aos recursos provenientes do capital.

As técnicas de mensura o utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

- a) Técnicas de mensura o do risco de mercado

a.1) Valor em Risco (Value at Risk)

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Banco Société Générale pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manuten o das posi es" (1 dia). Além disto, pressupõe também que a movimentac o ocorrida ao longo deste período seguir  um padrão similar ao das movimentac es que tenham ocorrido ao longo de períodos de 260 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR   utilizado para a mensura o de risco como, por exemplo, das opera es financeiras da carteira de negocia o sujeitas   varia o de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Os limites estabelecidos são diariamente monitorados pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale.

Abaixo o VaR da carteira de negocia o calculada.

Junho de 2021	-605
Junho de 2020	-1.969

a.2) Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das opera es financeiras da carteira de negocia o sujeitas   varia o das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscila o de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida   internacionalmente conhecida, dentre outras denomina es, por DV01 (dollar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale, a metodologia de "Análise de Sensibilidade"   aplicada considerando uma oscila o de 10 basis-point (isto  , 0,10%) nas taxas de juros locais e também nas taxas de juros internacionais. Para monitorar a conformidade em rela o aos limites definidos, o resultado obtido a partir da aplica o do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira)   comparado aos limites de sensibilidade pré-estabelecidos pela área de risco de mercado e aprovados pelo Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez.

a.3) Testes de estresse

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a área de Risco de Mercado do Banco Société Générale avalia diariamente os possíveis impactos nas posi es em cenários extremos. O teste de estresse   uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econ micos que sejam desfavoráveis financeiramente às posi es da institui o.

No Banco Société Générale, o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para desta forma proteger o Grupo Société Générale de consequências desfavoráveis resultado de choques de mercado. Os cenários de teste de estresse consistem em cenários previamente definidos e revisados anualmente pela área de risco de mercado. São baseados em eventos históricos ou hipotéticos, que apresentam alguma possibilidade real de ocorrência.

b) Risco de câmbio

O Banco Société Générale está exposto aos efeitos de flutua o nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situa o financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio   monitorado diariamente através da

apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. O Banco Société Générale controla a exposi o a esse fator de risco através da atua o nos mercados de derivativos cambiais.

c) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa   o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo   o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banco Société Générale se expõe aos efeitos de flutua es das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros, como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem variar em decorrência dessas flutua es, podendo resultar em perdas para a institui o. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Nova Iorque e Brasil, juntamente com os membros do Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez, estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido. A tabela abaixo resume a exposi o do Banco Société Générale ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor justo.

III. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquida o de direitos e obriga es, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das opera es.

IV. Risco operacional

A gestão de risco operacional do Conglomerado do Société Générale Brasil (“CSGB”)   feita de forma contínua e integrada quanto a governança, relatórios de monitoramento, treinamento e comunica o para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo Société Générale na França, com as exigências da Basileia II, com a Resolu o 4.557/17 do Banco Central do Brasil e com a Política de Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A estrutura inclui o monitoramento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da institui o, prevendo os respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A atividade de gerenciamento do risco operacional   executada por um departamento específico, segregado da unidade executora e da atividade de auditoria interna.

O Banco identifica e monitora a sua exposi o ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avalia o de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa n  26); essa avalia o   revisada periodicamente e desencadeia planos de a es mitigantes a partir de um certo nível de exposi o; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de risco; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de a es corretivas; v) controles de conformidade (regulatório e reputacional), de preven o   lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, e anti-suborno e anti-corrup o (“compliance”); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientiza o dos colaboradores.

Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as a es mitigantes consideradas necessárias.

Para efeito de aloca o de capital regulamentar, previsto no art. 1  da Circular n  3.640, de 04 de março de 2013 o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos (Relatório de Pilar 3), conforme requerido pela Resolução BCB 54, de 16 de dezembro de 2020, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos, os quais não fazem parte dessas Demonstrações Financeiras.

V. Risco de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado, prevendo:

I - Mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria;

II - Plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidas ao comitê de gestão de capital, riscos de liquidez e mercado grupo (CGCRLMG).

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

A organização mantém capital regulatório mínimo para suportar suas atividades, calculando mensalmente o consumo de capital de acordo com a resolução 4.557 do Banco Central do Brasil. Para efeito prospectivo, estimamos anualmente o capital requerido no horizonte de 3 anos num cenário normal e estressado baseando-se no orçamento estabelecido pela área de negócios, sendo este estudo aprovado no comitê de Gestão de Capital, Riscos de Liquidez. Este estudo pode ser revisado a qualquer tempo, desde que condições excepcionais se manifestem antes do prazo de um ano estabelecido em nossa política. Caso venha a ser detectado eventual descumprimento dos ratios definido pelo Bacen durante nossa projeção de 3 anos, são adotadas as seguintes medidas:

Nível	Tempo até o desenquadramento	Ação	Fórum
Nível 1	6 meses	Definição de estratégia	CRM&LGC BSGB
Nível 2	3 meses	Reavaliação da estratégia	CRM&LGC BSGB
Nível 3	2 meses	Reavaliação da estratégia	CGCRL&M Grupo SG & Matriz
Nível 4	n/a	Operacionalização do aumento de capital	Matriz

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Disponibilidades	224.037	305.839
Aplicações no mercado aberto	2.822.219	4.433.079
Aplicações em depósitos interfinanceiros	28	-
Total	<u>3.046.284</u>	<u>4.738.918</u>

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2021	A vencer até 3					Total
	meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Aplicações no mercado aberto	2.920.308	-	-	-	-	2.920.308
Aplicações em depósitos interfinanceiros	22.762	16.035	37.252	18.080	129	94.258
Total	<u>2.943.070</u>	<u>16.035</u>	<u>37.252</u>	<u>18.080</u>	<u>129</u>	<u>3.014.566</u>

Em 31 de dezembro de 2020	A vencer até 3					Total
	meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Aplicações no mercado aberto	4.991.288	-	-	-	-	4.991.288
Total	<u>4.991.288</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.991.288</u>

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários por categoria:

	2021		2020	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	68.665	30.331	130.412	93.236
Títulos para negociação:	25.770	25.763	93.180	93.236
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	261	261	6.064	6.062
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.547	15.543	1.229	1.233
Notas do Tesouro Nacional - NTN	9.962	9.959	85.887	85.941
Títulos disponíveis para venda:	42.895	4.568	37.232	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.870	4.568	-	-
Debêntures	38.025	-	37.232	-
Vinculados à prestação de garantias:	833.872	804.386	870.476	876.276
Títulos para negociação:	45.793	45.749	34.662	35.073
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.459	1.458	5.077	5.078
Letras do Tesouro Nacional - LTN	32.594	32.595	6.782	6.815
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.740	11.696	22.803	23.180
Títulos disponíveis para venda:	788.079	758.637	835.814	841.203
Letras do Tesouro Nacional - LTN	752.659	723.217	768.270	773.650
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	32.557	32.566
Cotas de fundos de investimento	35.420	35.420	34.987	34.987
Total	<u>902.537</u>	<u>834.717</u>	<u>1.000.888</u>	<u>969.512</u>

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda		2021			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras do Tesouro Nacional - LTN	757.529	727.785	(29.744)	13.385	(16.359)
Cotas de fundos de investimento	35.420	35.420	-	-	-
Debêntures	38.025	-	(38.025)	17.111	(20.914)
Total	830.974	763.205	(67.769)	30.496	(37.273)

Títulos disponíveis para venda		2020			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	32.557	32.566	9	(4)	5
Letras do Tesouro Nacional - LTN	768.270	773.650	5.380	(2.421)	2.959
Cotas de fundos de investimento	34.987	34.987	-	-	-
Debêntures	37.232	-	(37.232)	16.754	(20.478)
Total	873.046	841.203	(31.843)	14.329	(17.514)

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

O banco recebeu no primeiro semestre de 2019 R\$ 160.119 em debêntures como novação de uma dívida não paga de execução de uma garantia prestada referente ao ano de 2015. Essa dívida foi baixada integralmente para prejuízo. No primeiro semestre de 2019 foi reconhecida uma perda permanente no valor de R\$ 133.514 no resultado. O ajuste foi baseado no cálculo dos fluxos de caixa da debênture trazidos ao valor presente. Em 30 de junho de 2021, a Administração do banco, baseado na situação econômica da empresa, efetuou ajuste a valor complementar de mercado negativo no patrimônio líquido de imposto de (R\$ 20.914) e em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 20.477), reconhecendo o valor da debênture a zero.

c) Composição por prazo de vencimento

	2021			2020		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
A vencer até 3 meses	71.512	35.420	106.932	128.309	34.987	163.296
A vencer entre 3 e 12 meses	-	194.445	194.445	-	32.566	32.566
A vencer entre 1 e 3 anos	-	495.348	495.348	-	426.904	426.904
A vencer entre 3 e 5 anos	-	37.992	37.992	-	346.746	346.746
Total	71.512	763.205	834.717	128.309	841.203	969.512

d) Composição por emissor

	2021	2020
Títulos para negociação	71.512	128.309
Públicos	71.512	128.309
Governo Federal	71.512	128.309
Títulos disponíveis para venda	763.205	841.203
Públicos	727.785	806.216
Governo Federal	727.785	806.216
Privado	35.420	34.987
Cotas de fundos de investimentos	35.420	34.987
Total	834.717	969.512

As instituições participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas. Demonstramos a seguir a relação dos derivativos por indexador:

e.1) “Swap” e NDF

Em 30 de junho de 2021

Indexador	Valor de referência		
	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Curva - Diferencial a receber (pagar)	Mercado - Diferencial a receber (pagar)
CDI x EURIBOR 3M (Fluxo de caixa)	264.164	(88.985)	(97.265)
CDI x EURO (Fluxo de caixa)	375.000	(21.030)	(25.228)
CDI x LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	11.111	(2.974)	(3.147)
CDI x LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	150.000	(50.702)	(52.697)
CDI x PRÉ	915.118	(132.504)	(176.277)
DÓLAR (NDF)	3.038.598	(164.488)	(119.706)
DÓLAR x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa)	27.726	(1.680)	300
DÓLAR x LIBOR 6M (Fluxo de caixa)	45.180	(3.083)	40
EURO (NDF)	342.336	(19.148)	(17.408)
EURIBOR 3M x EuroREUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	264.165	(97)	(4.726)
EURIBOR 6M x EuroREUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	27.726	(33)	(792)
LIBOR US 3M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	11.076	(75)	(206)
LIBOR US 6M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	195.057	(1.186)	(6.337)
PRÉ (NDF)	4.697.609	344.625	288.891
PRÉ x CDI	1.385.920	5.265	38.855
PRÉ x DÓLAR	23.529	(3.972)	(4.185)
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	1.984	(546)	(1.057)
PRÉ x EURO	830.061	(18.091)	(24.596)
PRÉ x EURO (Fluxo de caixa)	219.816	(14.641)	(22.883)
PRÉ x EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa)	512.132	(3.120)	(11.366)
Total	13.338.308	(176.465)	(239.790)

Em 31 de dezembro de 2020

Indexador	Valor de referência		
	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Valor Curva a receber (pagar)	Valor Mercado a receber (pagar)
CDI x EURIBOR 3M (Fluxo de caixa)	348.457	(169.449)	(175.693)
CDI x EURO	67.627	(30)	632
CDI x EURO (Fluxo de caixa)	375.000	(56.349)	(57.365)
CDI x LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	33.072	(12.911)	(12.931)
CDI x LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	150.000	(61.376)	(61.201)
CDI x PRÉ	919.139	(103.697)	(209.575)
DÓLAR (NDF)	2.367.088	7.634	(6.929)
DÓLAR x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa)	30.807	(2.858)	(44)
DÓLAR X LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	56.475	1.712	1.508
EURO (NDF)	310.272	8.723	4.117
EURIBOR 3M x EUR BFIX Londres (Fluxo de caixa)	84.293	(83)	(197)
EURIBOR 3M x EuroREUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	264.164	(116)	(7.299)
EURIBOR 6M x EuroREUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	30.807	(37)	(1.188)
LIBOR US 3M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	351.370	(84)	(6.258)
LIBOR US 6M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	202.331	(1.961)	(11.716)
PRÉ (NDF)	3.984.055	(18.220)	12.463
PRÉ x CDI	720.197	18.584	24.350
PRÉ x DÓLAR	70.756	(25.870)	(23.724)
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	20.443	(9.539)	(9.358)
PRÉ X EURO	279.716	(52.740)	(50.188)
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	1.301.133	(132.585)	(91.109)
PRÉ X EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa)	398.402	(78.511)	(67.477)
PRÉ X LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	318.346	(91.349)	1.585
Total	12.683.950	(781.112)	(747.597)

Opções flexíveis	2021		2020	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
Compra de opção de compra	2.185	377	9.584	2.781
Compra de opção de venda	2.185	(9)	9.584	(38)
	4.370	368	19.168	2.743

Operações a termo	2021	2020
	Valor dos contratos	Valor dos contratos
Compras a termo a receber	(47.489)	-
Obrigações por compra de termo a pagar	47.531	-
Total	42	-

Diferencial e prêmios a receber (pagar) – "Swap", NDF e Opções

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Curto prazo	364.589	178.095
Longo prazo	<u>139.970</u>	<u>82.021</u>
Saldo registrado no ativo:	<u><u>504.559</u></u>	<u><u>260.116</u></u>
Curto prazo	(343.139)	(389.315)
Longo prazo	<u>(400.800)</u>	<u>(615.655)</u>
Saldo registrado no passivo:	<u><u>(743.939)</u></u>	<u><u>(1.004.970)</u></u>
Diferencial líquido a receber/(pagar)	<u><u>(239.380)</u></u>	<u><u>(744.854)</u></u>

e.2) Mercado futuro

	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
Mercadoria				
DDI	5.245.972	36.279	8.005.347	(12.023)
DI	8.874.594	1.799	9.260.677	(532)
Dólar	<u>2.863.168</u>	<u>26.212</u>	<u>7.688.921</u>	<u>(18.724)</u>
Total	<u><u>16.983.734</u></u>	<u><u>64.290</u></u>	<u><u>24.954.945</u></u>	<u><u>(31.279)</u></u>

No Consolidado, os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. Vide nota explicativa nº 8.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 697.016 em 30 de junho de 2021 (R\$ 751.127 em 31 de dezembro de 2020).

Os contratos de “swap”, NDFs, opções e futuros têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 30 de junho de 2021	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	126.428	1.177.353	2.769.782	949.633	236.569	5.259.765
NDFs	4.138.402	3.658.072	270.325	11.744	-	8.078.543
Futuros	7.902.724	5.673.289	2.972.296	251.230	184.195	16.983.734
Operações a Termo	42	-	-	-	-	42
Opções	4.370	-	-	-	-	4.370
Total	<u>12.171.966</u>	<u>10.508.714</u>	<u>6.012.403</u>	<u>1.212.607</u>	<u>420.764</u>	<u>30.326.454</u>

Em 31 de dezembro de 2020	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	368.065	2.061.200	3.018.706	374.564	200.000	6.022.535
NDFs	3.585.719	2.665.591	395.139	14.966	-	6.661.415
Futuros	16.712.100	4.698.708	2.828.982	515.594	199.561	24.954.945
Opções	10.313	8.855	-	-	-	19.168
Total	<u>20.676.197</u>	<u>9.434.354</u>	<u>6.242.827</u>	<u>905.124</u>	<u>399.561</u>	<u>37.658.063</u>

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram em 30 de junho de 2021 e de 2020, os seguintes resultados:

	2021	2020
NDF	107.749	145.933
Swap	181.150	(1.040.729)
Mercado futuro	337.301	2.403.169
Opções	8	206
Total	<u>626.208</u>	<u>1.508.579</u>

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

A estratégia de “hedge accounting” de fluxo de caixa das instituições é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de “hedge”, composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082.

As estruturas de “hedge” são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado.

A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

Os derivativos utilizados como instrumentos de “hedge” por indexador são representados como segue:

"Hedge" fluxo de caixa	2021		2020	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(70.732)	-	(131.269)	-
DDI	70.233	(54.140)	130.309	(93.170)
DI		50.425	-	84.008
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		976		(1.335)
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa		(439)		601
Valor líquido de impostos (nota 19.f)		537		(734)

e.4) Cotas de fundo de investimento

As cotas de fundo de investimento estavam representadas por aplicações do Banco em um fundo de investimento multimercado cuja posição é demonstrada abaixo. A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia do risco sistêmico e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

	2021	2020
FI LIQUIDEZ CÂMARA BM&FBOVESPA MULTIMERCADO		
Quantidade cotas investidas pelo Banco	299.779,4947942	299.779,4947942
Saldo	35.420	34.987

8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

a) Ativo – Outros créditos

	2021	2020
<u>Operação:</u>		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	64.290	-
Swap	1.901	-
Total	66.191	-

b) Passivo – Outras obrigações

	2021	2020
<u>Operação:</u>		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	-	31.279
Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio	13	-
Total	13	31.279

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Empréstimos e títulos descontados	124.250	383.544
Financiamentos	608.823	573.465
Total das operações de crédito	<u>733.073</u>	<u>957.009</u>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 11)	997.913	818.694
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 11)	9.358	19.048
Outros créditos	300.462	433.118
Total de outros créditos	<u>1.307.733</u>	<u>1.270.860</u>
Total de operações de arrendamento mercantil (nota explicativa nº 10)	<u>203.599</u>	<u>276.757</u>
Total do risco da carteira	<u>2.244.405</u>	<u>2.504.626</u>

b) Diversificação por atividade:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Setor privado:		
Indústria	1.387.800	1.410.387
Comércio	526.986	472.261
Instituições financeiras	61.723	98.965
Pessoas físicas	59	111
Prestação de serviços	95.415	345.210
Outros serviços	172.422	177.692
Total	<u>2.244.405</u>	<u>2.504.626</u>

c) Vencimento:

	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas	7.487	0,33	1.066	0,04
A vencer até 3 meses	83.209	3,71	740.945	29,59
A vencer de 3 a 12 meses	1.772.414	78,97	1.017.765	40,64
A vencer de 1 a 3 anos	329.223	14,67	596.244	23,81
A vencer de 3 a 5 anos	51.730	2,30	147.907	5,91
A vencer de 5 a 15 anos	342	0,02	699	0,03
A vencer acima de 15 anos	-	-	-	-
Total	<u>2.244.405</u>	<u>100,00</u>	<u>2.504.626</u>	<u>100,00</u>

d) Concentração da carteira de crédito:

	2021		2020	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	345.902	15,41	338.678	13,52
10 seguintes maiores devedores	1.381.549	61,56	1.397.526	55,80
20 seguintes maiores devedores	311.943	13,90	501.504	20,02
50 seguintes maiores devedores	139.160	6,20	179.740	7,18
100 seguintes maiores devedores	61.972	2,76	82.450	3,29
Demais devedores	3.879	0,17	4.728	0,19
Total	2.244.405	100,00	2.504.626	100,00

e) Nível de risco:

Nível	%	2021			2020		
		Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	1.171.563	-	1.171.563	1.335.971	-	1.335.971
A	0,50%	403.431	-	403.431	441.402	-	441.402
B	1,00%	236.347	32	236.379	287.506	1.022	288.528
C	3,00%	411.140	1.737	412.877	416.734	16	416.750
D	10,00%	138	-	138	519	-	519
E	30,00%	1.845	28	1.873	282	28	310
F	50,00%	845	-	845	4.941	-	4.941
G	70,00%	72	1.291	1.363	1.391	-	1.391
H	100,00%	11.536	4.400	15.936	14.814	-	14.814
		2.236.917	7.488	2.244.405	2.503.560	1.066	2.504.626

f) Provisão por nível de risco:

Nível	2021		2020	
	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	1.171.563	-	1.335.971	-
A	403.431	2.016	441.402	2.207
B	236.379	2.363	288.528	2.886
C	412.877	12.386	416.750	12.502
D	138	14	519	52
E	1.873	562	310	93
F	845	423	4.941	2.470
G	1.363	955	1.391	974
H	15.936	15.936	14.814	14.814
Provisão mínima	2.244.405	34.655	2.504.626	35.998
Provisão adicional (*)		1.147		2.961
Total		35.802		38.959

(*) Conforme instruções do Banco Central o Banco contabiliza provisão adicional de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em relação as perdas calculadas no ECL (expected credit loss) da Matriz. As provisões calculadas pela Matriz e locais são comparadas por cliente e quando a provisão da Matriz for maior é constituído o valor da diferença no resultado local.

g) Movimentação da provisão para perdas esperadas associados ao risco de crédito

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	35.998	27.575
Constituição (Reversão)	(1.342)	8.445
Baixas	<u>(1)</u>	<u>(22)</u>
Saldo final	<u><u>34.655</u></u>	<u><u>35.998</u></u>
Constituição (Reversão)		
Adicional ECL	(1.815)	2.772
Curto prazo	23.889	21.735
Longo prazo	10.766	14.263

10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue.

ARRENDAMENTO FINANCEIRO

a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Arrendamentos a receber	218.680	295.251
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(218.155)	(295.168)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação (nota 10e)	164.035	188.238
Superveniência de depreciação (notas 10e)	36.652	81.636
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota 10e)	27.052	30.350
Credores por antecipação de valor residual	<u>(24.665)</u>	<u>(23.550)</u>
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	<u><u>203.599</u></u>	<u><u>276.757</u></u>

b) Composição de valor presente de arrendamento financeiro por vencimento

<u>Prazo</u>	<u>30.06.2021</u>		<u>31.12.2020</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Vencidas até 14 dias	183	0,1%	23	0,0%
Vencidas a partir de 15 dias	774	0,4%	69	0,0%
A vencer até 3 meses	34.275	16,8%	69.505	25,1%
A vencer de 3 a 12 meses	62.877	30,9%	86.607	31,3%
A vencer de 1 a 3 anos	83.418	41,0%	94.696	34,2%
A vencer de 3 a 5 anos	21.730	10,7%	25.158	9,1%
A vencer de 5 a 15 anos	<u>342</u>	<u>0,2%</u>	<u>699</u>	<u>0,3%</u>
Total	<u>203.599</u>	<u>100,0%</u>	<u>276.757</u>	<u>100,0%</u>

c) Composição de valor presente do arrendamento financeiro por atividade

<u>Setor Privado</u>	<u>30.06.2021</u>		<u>31.12.2020</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Percentual sobre o Total</u>	<u>Valor</u>	<u>Percentual sobre o Total</u>
Indústria	34.337	16,9%	42.442	15,3%
Comércio	31.057	15,3%	58.227	21,0%
Instituição Financeira	43.984	21,6%	78.118	28,2%
Outros Serviços	94.221	46,3%	97.970	35,4%
Total	<u>203.599</u>	<u>100,0%</u>	<u>276.757</u>	<u>100,0%</u>

d) Composição do valor presente de arrendamento financeiro por maiores devedores

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Principal devedor	33.276	41.070
10 seguintes maiores devedores	89.898	157.884
20 seguintes maiores devedores	44.416	42.773
50 seguintes maiores devedores	30.547	29.941
100 seguintes maiores devedores	<u>5.462</u>	<u>5.089</u>
Total	<u>203.599</u>	<u>276.757</u>

e) Bens arrendados – Arrendamento financeiro

	<u>Taxa anual de Depreciação (%)</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Máquinas e equipamentos	14,29%	466.694	485.948
Equipamentos de informática	28,57%	56.218	195.583
Veículos e afins	28,57%	10.152	10.152
Aeronaves	28,57%	28.723	28.723

Depreciação acumulada	<u>(397.752)</u>	<u>(532.168)</u>
Total	<u>164.035</u>	<u>188.238</u>
Superveniência de depreciação (nota 9a)	36.652	81.636
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (notas 3i e 9a)	27.052	30.352

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

ARRENDAMENTO OPERACIONAL

a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento operacional

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Arrendamentos a receber - setor privado	4.377	8.133
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	<u>(4.377)</u>	<u>(8.133)</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>
Imobilizado de arrendamento operacional líquido de depreciação	<u>13.867</u>	<u>15.144</u>

b) Composição do arrendamento operacional por vencimento

<u>Prazo</u>	<u>30.06.2021</u>		<u>31.12.2020</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
A vencer até 3 meses	1.063	24,3%	1.738	21,4%
A vencer de 3 a 12 meses	2.559	58,5%	3.864	47,5%
A vencer 1 a 3 anos	<u>755</u>	<u>17,3%</u>	<u>2.531</u>	<u>31,1%</u>
Total	<u>4.377</u>	<u>100,0%</u>	<u>8.133</u>	<u>100,0%</u>

c) Composição do arrendamento operacional por atividade:

	<u>30.06.2021</u>		<u>31.12.2020</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Percentual sobre o Total</u>	<u>Valor</u>	<u>Percentual sobre o Total</u>
Setor privado				
Outros serviços	<u>4.377</u>	<u>100,0%</u>	<u>8.133</u>	<u>100,0%</u>
Total	<u>4.377</u>	<u>100,0%</u>	<u>8.133</u>	<u>100,0%</u>

RESULTADO DE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Receita de arrendamento	113.870	120.096
(Insuficiência) / Superveniência de depreciação	(44.984)	(4.917)
Despesa de depreciação de bens arrendados	(43.339)	(69.257)
Outras (despesas) / receitas de arrendamento	<u>(10.882)</u>	<u>(15.092)</u>
Total	<u>14.665</u>	<u>30.830</u>

PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

O risco da carteira de arrendamento mercantil, a valor presente, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99 do CMN, estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	Percentual de Provisão	30.06.2021				31.12.2020			
		Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Provisão	Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Provisão
AA	-	21.587	-	21.587	-	31.858	-	31.858	-
A	0,5%	56.232	-	56.232	281	111.539	-	111.539	558
B	1,0%	97.233	32	97.265	972	84.812	48	84.860	849
C	3,0%	17.546	10	17.556	527	40.501	16	40.518	1.215
D	10,0%	138	-	138	14	519	-	519	52
E	30,0%	1.845	28	1.873	562	282	28	310	93
F	50,0%	845	-	845	422	4.941	-	4.941	2.470
G	70,0%	72	23	95	67	113	-	113	79
H	100,0%	<u>11.520</u>	<u>865</u>	<u>12.385</u>	<u>12.385</u>	<u>10.233</u>	-	<u>10.233</u>	<u>10.233</u>
Total		<u>207.018</u>	<u>958</u>	<u>207.976</u>	<u>15.230</u>	<u>284.798</u>	<u>92</u>	<u>284.891</u>	<u>15.549</u>

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo Inicial	15.549	15.445
(Reversão) / Constituição	(318)	104
Créditos baixados para prejuízo	-	-
Saldo final	<u>15.230</u>	<u>15.549</u>
Curto prazo	6.512	8.776
Longo prazo	8.718	6.773

11. CARTEIRA DE CÂMBIO:

	2021	2020
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	6.628.086	7.513.374
Direitos sobre venda de câmbio	5.474.325	5.834.215
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(15.941)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a)	9.358	19.048
Total	<u>12.095.828</u>	<u>13.366.637</u>
Curto prazo	9.671.030	10.113.769
Longo prazo	2.424.798	3.252.868
Total	<u>12.095.828</u>	<u>13.366.637</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	5.653.661	6.450.979
Obrigações por compra de câmbio	6.511.053	6.629.876
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a)	(997.913)	(818.694)
Total	<u>11.166.801</u>	<u>12.262.161</u>
Curto prazo	8.729.408	9.095.735
Longo prazo	2.437.393	3.166.426
Total	<u>11.166.801</u>	<u>12.262.161</u>

12. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	2021	2020
Adiantamentos e antecipações salariais	1.110	573
Adiantamento a fornecedores	8.340	-
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 20 c)	30.496	17.355
Devedores por depósitos em garantia (*)	430.330	432.165
Impostos e contribuições a compensar	103.339	66.500
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 22)	2	2
Devedores diversos no exterior (nota explicativa nº 22)	41.813	4.079
Outros	2.113	1.110
Total	<u>617.543</u>	<u>521.784</u>
Curto prazo	122.301	75.138
Longo Prazo	495.242	446.646
	<u>617.543</u>	<u>521.784</u>

(*) Refere-se, principalmente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 61.759 em 30 de junho de 2021 (R\$ 61.407 em 31 de dezembro de 2020), pedidos de compensação de IRRF no montante de R\$ 39.871 em junho de 2021 (R\$ 39.554 em 2020), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 144.944 (R\$ 144.017 em 2020), processos trabalhistas e cíveis, oriundos do Banco Cacique, no montante de R\$

35.063 (R\$ 36.681 em 2020) e processos referentes a desmutualização da BM&FBOVESPA em R\$ 107.836 (R\$ 106.121 em 2020).

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	64.389	23.897
Impostos e contribuições a recolher	10.492	5.149
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 21 e)	73.104	111.417
Total	<u>147.985</u>	<u>140.463</u>
Curto prazo	77.027	84.370
Longo Prazo	70.958	56.093
	<u>147.985</u>	<u>140.463</u>

c) Outras obrigações - diversas:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 14. i)	208.857	208.323
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 14. i)	32.738	54.151
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 14. i)	21.680	26.198
Provisão com despesas de pessoal	15.486	22.714
Provisão para despesas de publicação	58	209
Provisão para pagamentos a fornecedores	1.125	1.171
Provisão para despesas de advogados	259	101
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 22 a)	12.114	20.123
Provisão para despesas de auditoria	423	-
Provisão para despesas de serviços técnicos especializados	693	693
Provisão para garantias prestadas (*)	42	145
Fundo de reserva de financiamento	55.465	52.182
Fundo garantidor de crédito	7	14
Provisão adicional	1.147	2.962
Outras	9.046	710
Total	<u>359.140</u>	<u>389.696</u>
Curto prazo	85.392	88.810
Longo Prazo	273.748	300.886
	<u>359.140</u>	<u>389.696</u>

(*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 30 de junho de 2021 R\$ 358.796 (R\$ 304.237 em 31 de dezembro de 2020).

13. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Serviços de intermediação	864	1.263
Total	<u>864</u>	<u>1.263</u>
Curto prazo	551	691
Longo prazo	313	572
Total	<u>864</u>	<u>1.263</u>

(*) Referem-se, principalmente, a serviços pagos antecipadamente contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo dos contratos em carteira.

14. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

As instituições provisionam integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Riscos fiscais (nota explicativa nº 12 c)	208.857	208.323
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 12 c)	32.738	54.151
Riscos cíveis (nota explicativa nº 12 c)	21.680	26.198
Total	<u>263.275</u>	<u>288.672</u>

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 30 de junho 2021

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	208.323	54.151	26.198	288.672
Reversão (Nota Explicativa nº 24*)	(644)	(22.664)	(4.681)	(27.989)
Atualização (Nota Explicativa nº 25)	1.178	1.251	163	2.592
Saldo final	208.857	32.738	21.680	263.275

Devedores por depósitos em garantia

(Nota explicativa nº 12 a)	393.524	28.501	8.305	430.330
----------------------------	---------	--------	-------	---------

Em 31 de dezembro 2020

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	200.633	87.070	24.101	311.804
Constituição (Nota Explicativa nº 25)	5.585	-	2.904	8.489
Reversão (Nota Explicativa nº 24*)	(935)	(34.236)	(1.029)	(36.200)
Atualização (Nota Explicativa nº 25)	3.040	1.317	222	4.579
Saldo final	208.323	54.151	26.198	288.672

Devedores por depósitos em garantia

(Nota explicativa nº 12 a)	391.386	32.265	8.514	432.165
----------------------------	---------	--------	-------	---------

(*) Nota explicativa nº 24. Em riscos trabalhistas, houveram reversões de provisões de aproximadamente R\$ 22.000 em 2021 e de R\$ 33.000 em 2020, proveniente de acordos e decisões referente a processos oriundos da incorporada Banco Cacique S/A.

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 30 de Junho 2021

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	208.857	208.857	34.463	32.738	21.860	21.680
Perdas possíveis (b)	288.747	-	151.561	-	2.366	-
Perdas remotas	42.360	-	2.233	-	-	-
Total	539.964	208.857	188.257	32.738	24.226	21.680

Em 31 de dezembro 2020

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	208.323	208.323	55.556	54.151	26.198	26.198
Perdas possíveis (b)	283.768	-	193.407	-	3.274	-
Perdas remotas	42.206	-	2.233	-	500	-
Total	534.297	208.323	251.196	54.151	29.972	26.198

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril de 1991 a março de 1992 – em 30 de junho de 2021 totalizou R\$ 915 (R\$ 911 em 2020).
- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 30 de junho de 2021 totalizou R\$ 130.594 (R\$ 129.810 em 2020);
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 30 de junho de 2021, totalizou R\$ 44.010 (R\$ 43.901 em 2020);
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 – em 30 de junho de 2021 totalizou R\$ 8.725 (R\$ 8.703 em 2020);
- Em 30 junho de 2018 foi criada provisão, no montante de R\$ 16.624, para registrar a diferença contábil nos depósitos judiciais e provisões para os casos com possibilidade de perda provável, em que o valor do depósito será automaticamente convertido em renda para a União. A diferença objeto do ajuste refere-se aos critérios aplicados na atualização dos depósitos frente aos de provisionamento. O valor desta provisão atualizado em 30 junho de 2021 é de R\$ 19.694 (R\$ 19.432 em 2020).

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 30 de junho de 2021 totalizou R\$ 39.871 (R\$ 39.554 em 2020);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 30 de junho de 2021 totalizou R\$ 52.596 (R\$ 52.282 em 2020)
- Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 ii - em 30 de julho de 2021 totalizou R\$ 128.675, (R\$ 127.218 em 2020);

- Auto de infração da Receita Federal do Brasil em dezembro de 2018 lavrado contra incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio referente aos anos de 2013 a 2017 - em 30 de junho de 2021 totalizou R\$ 32.003 (R\$ 31.836 em 2020).

Trabalhistas:

A classificação de risco e a mensuração das provisões dos processos trabalhistas do Banco levam em consideração as posições dos assessores jurídicos que os classificam como remoto, possível ou provável e sua provisão segue as normas do CPC25 de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, norma essa recebida pelo Banco Central do Brasil. A provisão trabalhista corresponde aos processos, movidos por ex-funcionários que possuem classificação de risco provável. Os pedidos dos processos trabalhistas relacionam-se, entre outros, em horas extras a partir da 8ª hora e reflexos, hora extra face a supressão do intervalo intrajornada, adicional noturno, pagamento de bônus, vínculo empregatício, intervalo intrajornada e descaracterização de cargo de confiança.

Para os processos oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão é constituída com base nas decisões judiciais existentes em terceira, segunda e primeira instâncias e, para aquelas que não houver qualquer decisão, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos cinco anos ou, por exceção considerando condições específicas do processo. Em função da diminuição do número de processos trabalhistas oriundos da incorporação do Banco Cacique, o banco revisou sua política de provisionamento e proveu alterações nas estimativas para maior acuracidade nos valores provisionados. O Banco efetuou os ajustes prospectivamente.

Para os processos da controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil as ações trabalhistas relativas as causas consideradas semelhantes, a provisão é constituída com base histórica nas eventuais condenações. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência, de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos externos.

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para as ações cíveis de caráter indenizatório (danos morais), oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos dois anos. Os processos administrativos sancionadores referem-se às investigações e/ou procedimentos instaurados pelos Órgãos da Administração Pública, que têm a função de regular e fiscalizar as atividades do mercado financeiro, e que visam a apuração de condutas supostamente irregulares.

15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil reduziu o seu capital no valor de R\$ 50.000 como parte da otimização do nível de capital para suas atividades. A redução está sob aprovação do Banco Central. Quando aprovado o valor será repatriado para o Banco seu único controlador.

	SG Equipment Finance S.A.- Arrendamento Mercantil	
	2021	2020
Informações das controladas:		
Capital social	134.398	134.398
Ordinárias	2.448.501	2.448.501
Preferenciais	2.448.501	2.448.501
Participações - %	100	100
Patrimônio líquido	90.285	136.001
Lucro líquido semestre/exercício	4.308	920
Movimentação dos investimentos:		
Saldos no início do exercício	136.001	135.119
Distribuição de dividendos	-	(262)
Resultado de equivalência patrimonial	4.308	920
Plano de Pagamento Baseado em Ações nas Controladas	(24)	224
Redução de capital	(50.000)	-
Saldos no final do período	<u>90.285</u>	<u>136.001</u>

16. DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Sem vencimento	11.750	32.717	-	-	11.750	32.717
Até 3 meses	-	-	1.775	1.716	1.775	1.716
De 3 meses a 1 ano	-	-	46.473	124.143	46.473	124.143
De 1 a 3 anos	-	-	16.191	50.847	16.191	43.284
De 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	7.564
Total	<u>11.750</u>	<u>32.717</u>	<u>64.439</u>	<u>176.706</u>	<u>76.189</u>	<u>209.424</u>

17. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Em 30 de junho de 2021	A vencer	De 3 a 12	Total
	até 3 meses	meses	
Carteira própria	-	-	-
Carteira de terceiros	-	45.001	45.001
Carteira de Livre Movimentação	-	46.976	46.976
Total	-	91.977	91.977

Em 31 de dezembro de 2020

	A vencer	De 3 a 12	Total
	até 3 meses	meses	
Carteira própria	150.011	-	150.011
Carteira de terceiros	-	-	-
Carteira de Livre Movimentação	6.369	3.540	9.909
Total	156.380	3.540	159.920

18. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Empréstimos:	2021		2020	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
Obrigações por empréstimos no País	153	(212)	946	(299)
Obrigações em moedas estrangeiras - exportação e importação (a)	883.250	64.181	825.876	(211.638)
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	2.700.935	(369.779)	4.219.599	(1.400.917)
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	734.466	31.979	1.269.274	(272.263)
Subtotal	4.318.804	(273.831)	6.315.695	(1.885.117)
Repasse do País				
Finame	-	-	-	(3)
Repasse do exterior				
Obrigações por repasses no exterior (d)	-	(5)	-	(2)
Total	4.318.804	(273.836)	6.315.695	(1.885.122)
Curto prazo	4.263.851		6.146.098	
Longo Prazo	54.953		169.597	
	4.318.804		6.315.695	

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-New York com vencimentos até 2022 e para aplica o em desconto de letras de exporta o, pr -financiamentos de exporta es e financiamentos de importa es, incorrendo em varia o cambial, acrescida de juros de até 6,73% ao ano (5,50% em 2020).

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, no exterior, vencíveis em 2021, sujeitos   varia o cambial e juros de até 4,95% ao ano em 2021 (5,19% ao ano em 2020).

(c) São representados por obriga es em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, no exterior, com vencimento até 2021, sujeitos   varia o cambial e juros de até 6,64% ao ano em 2021 (6,25% ao ano em 31 de dezembro de 2020).

Para os empréstimos que foram feitos “hedges” de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e.3) com derivativos no mercado futuro de “DDI” e “DI”, houve marcação a mercado no Banco com ajuste favorável em R\$ 438 (desfavorável em R\$ 7.971 em 31 de dezembro 2020)

A Controlada SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil, no curso normal de seus negócios, possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obrigações por empréstimos, captados junto à matriz no exterior do grupo Société Générale – Paris, com vencimentos até 2022, sujeitos   varia o cambial e juros de até 4,51% a.a. e que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos.

Em 24 de novembro de 2017, a Sociedade captou empréstimo com o International Finance Corporation – IFC, no montante de R\$ 66.085, com taxas praticadas no mercado e vencimento em 15 de outubro de 2022.

19. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	2021	2020
Descontos obtidos a diferir (*)	1.340	2.006
Comissão de opera�o em moeda estrangeira	923	1.174
Comissão de Indica�o (Estrutura�o)	2.105	556
Total	<u>4.368</u>	<u>3.736</u>

(*) refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de opera es de arrendamento mercantil.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por a es, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no exterior, composto da seguinte forma:

	2021	2020
A�es ordinárias	508.474	508.474
A�es preferenciais	508.474	508.474
Total	<u>1.016.948</u>	<u>1.016.948</u>

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto das institui es,   assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administra o, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribui o de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

Conforme previsto no estatuto da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, ao Banco,  nico acionista   assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi provisionado no Banco dividendos a receber no montante de R\$ 262, os quais foram pagos no primeiro semestre de 2020.

c) Reserva de capital

Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 26.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% (vinte por cento) do capital social, ou poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto no art. 193 da Lei 6.404/76. Para o semestre de 2020 o Banco não teve constituição de reserva legal devido prejuízo acumulado de anos anteriores.

e) Ativos de avaliação patrimonial – Ativos financeiros disponíveis para a venda

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>	<u>jun/20</u>
Saldo no início do período	(17.514)	(10.899)	(8.337)
Ajuste a valor justo (Resultado DRA)	(35.927)	(12.026)	(4.658)
Imposto sobre ajuste a valor justo (45%) (Resultado DRA)	16.168	5.411	2.096
Saldo no final do semestre (nota explicativa 7b)	<u>(37.273)</u>	<u>(17.514)</u>	<u>(10.899)</u>

f) Ajustes de avaliação patrimonial Hedge de fluxo de caixa

Esta rubrica compreende a parcela efetiva do ajuste a valor justo dos instrumentos de hedge, conforme descrito na nota explicativa nº 7.b - Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação - hedge.

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>	<u>jun/20</u>
Saldo no início do período	(734)	5.258	1.440
Ajuste a valor justo (Resultado DRA)	2.311	(10.895)	6.942
Imposto sobre ajuste a valor justo (45%) (Resultado DRA)	(1.040)	4.903	(3.124)
Saldo no final do semestre (nota explicativa 7 e.3)	<u>537</u>	<u>(734)</u>	<u>5.258</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos períodos findos em 30 de Junho de 2021 e 31 de dezembro de 2010:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	88.049	155.349	88.049	155.349
Alíquota vigente	25%	25%	20 e 15% (*)	20 e 15% (*)
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(22.013)	(38.837)	(17.551)	(31.132)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Ajustes de preços de transferência para exterior	(1.710)	(2.613)	(1.368)	(2.090)
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	-	(7.051)	-	(5.640)
-Incentivo fiscal	-	(82)	-	(65)
-Outras despesas não dedutíveis	(3.962)	(2.411)	(3.194)	(2.486)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a)				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	6.349	5.782	5.081	4.623
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	(15.577)	37.115	(12.460)	29.738
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	22	(227)	17	(171)
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	336	(2.099)	252	(1.676)
-Provisão para publicação de balanço	30	(10)	21	(6)
-Provisão Impairment de Ativo	-	-	-	-
-Provisão para Transfer Price Agreements	1.993	(189)	1.594	(151)
-Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	704	1.843	563	1.474
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR	2.063	(814)	1.634	(641)
-Honorários advocatícios	(40)	(12)	(32)	(9)
-Provisão Garantias	480	(711)	384	(569)
-Outras diferenças temporárias	(11.353)	(7.040)	(82)	88
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas exercícios anteriores	3.430	2.171	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no período	(39.248)	(15.185)	(25.141)	(8.713)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	26.153	(19.012)	10.173	(20.940)
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros exercícios	-	-	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social	(13.095)	(34.197)	(14.968)	(29.653)

(*) A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até junho de 2021, considerando a alíquota de 20% para o Banco e 15% para Leasing. Para o período entre julho e dezembro de 2021 a alíquota da contribuição passará a vigorar sob a alíquota de 25% para Banco e 20% para Leasing, conforme lei nº 14.183, publicada em 14 de julho de 2021.

b) O Grupo possui prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 41.185 (R\$ 54.904 em dezembro 2020) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 472.539 (R\$ 519.451 em 2020) , sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (20% referente ao Banco e 15% referente a Societe Generale Equipment Finance) diferidos no montante de R\$ 221.256 (R\$ 245.644 em 2020) e, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstrar a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 4.842/2020 do BACEN.

c) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo - Imposto de renda

	2.021	2.020
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01):	67.770	38.567
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	67.770	38.567
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	-	-
Total	67.770	38.567
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário constituído	16.943	9.642

Ativo - Contribuição social

TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01):	67.770	38.567
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	67.770	38.567
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	-	-
Total	67.770	38.567
Alíquota de contribuição social (*)	20%	20%
Crédito tributário constituído	13.554	7.713

Total crédito tributário constituído (nota explicativa nº 12 a)	30.496	17.355
---	--------	--------

(*) Em junho de 2021 foi considerada a alíquota vigente no momento da realização esperada dos créditos tributários, em observação a Lei nº14.183/2021.

d) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias:

	2021	2020
Saldo inicial	17.355	13.012
Adições	13.141	4.343
Saldo final	<u>30.496</u>	<u>17.355</u>

e) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	2021	2020
Saldo inicial	111.417	76.410
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	(26.272)	43.797
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	438	(1.179)
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos - disponiveis para venda	(2.424)	(3.766)
Receitas com atualização de depósitos judiciais	1.192	3.316
Realização de superveniência de depreciação	(11.247)	(7.161)
Saldo final (Nota explicativa nº 12 b)	<u>73.104</u>	<u>111.417</u>

f) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

	Valor contábil Imposto de renda e contribuição social diferidos	
Ano	2020	2019
2021	-	601
2022	13.384	-
2040	17.112	16.754
Total	<u>30.496</u>	<u>17.355</u>

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 15.472 em 30 de junho de 2021 (R\$ 4.320 em 2020).

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas são realizadas em condições de mercado e estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2021	2020	2021	2020
Société Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	112.305	191.829	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(894.699)	(536.007)	(3.239)	(15.105)
Société Générale - Paris:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	106.585	101.957	-	-
Devedores diversos no exterior (*)	41.813	4.079	-	6.223
Credores diversos no exterior (**)	(12.114)	(20.123)	(6.268)	(54)
Obrigações em moeda estrangeira	(2.700.934)	(4.219.599)	(5.634)	(23.164)
Obrigações por empréstimos do exterior	(692.625)	(1.221.970)	930	(12.450)
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	2	2	(6)	11
Depósitos à vista	(3)	(12)	-	-
Depósitos a prazo	(2.800)	(2.771)	(35)	(76)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(5.174)	(826)	-	-
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	(67.652)	(269.324)	(15.333)	81.981
Pascal FIM investimento no exterior				
Instrumentos financeiros derivativos	49.909	39.472	(9.367)	61.499
Saint Germain fundo de investimento multimercado				
Instrumentos financeiros derivativos	12.304	26.036	(24.939)	(13.703)
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	218.890	293.786	-	-
Depósitos à vista	(5.177)	(838)	-	-
Depósitos a prazo	(2.800)	(2.771)	(35)	(76)
Devedores diversos no exterior (*)	41.813	4.079	-	6.223
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	2	2	(6)	11
Obrigações em moeda estrangeira	(2.700.934)	(4.219.599)	(5.634)	(23.164)
Credores diversos no exterior (**)	(12.114)	(20.123)	(6.268)	(54)
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.587.324)	(1.757.977)	(2.309)	(27.555)
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	(67.652)	(269.324)	(15.333)	81.981
Instrumentos financeiros derivativos	62.213	65.508	(34.306)	47.796

(*) Nota explicativa nº 12 a

(**) Nota explicativa nº 12 c

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2021	2020
Proventos	5.597	5.240
Contribuição ao INSS	1.306	1.217
Total	6.903	6.457

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, as instituições não concedem empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	2021			2020		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Société Générale-Paris	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948

23. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas de água, energia e gás	1	35
Despesas de material	27	84
Despesas de serviços técnicos especializados	5.950	5.513
Despesas de processamento de dados	4.054	3.948
Despesas de serviços do sistema financeiro	5.827	6.827
Despesas de aluguéis	2.180	1.960
Despesas de serviços de terceiros	1.364	1.504
Despesas de manutenção e conservação de bens	237	289
Despesas de comunicações	552	593
Despesas de contribuições filantrópicas	491	520
Despesas de serviços de vigilância e segurança	72	70
Despesas de arrendamento	39	44
Despesas de seguros	1	22
Despesas com entidades de classe	556	511
Despesas de propaganda e publicidade	75	70
Despesas de publicações	68	76
Despesas de transportes	231	93
Despesas de promoções e relações públicas	25	29
Despesas de viagem	71	192
Despesas de depreciação e amortização	713	770
Despesas com auditoria	-	290
Despesas com custas judiciais	8.024	3.161
Despesas com prestação de serviços corporativos-exterior	21	3
Despesas com consultoria jurídica	1.252	1.448
Provisão de despesas com a matriz	12.351	4.034
Outras desp adm	268	226
Total	<u>44.450</u>	<u>32.312</u>

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Reversão de despesas da matriz	5.634	5.648
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 14 ii)	644	935
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 14 ii)	22.664	21.146
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 14 ii)	4.681	418
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	72	479
Atualização de depósitos judiciais	2.757	4.650
Atualização de depósitos trabalhistas	248	592
Atualização de depósitos cíveis	86	117
Atualização de contingências fiscais	53	89
Atualização de créditos tributários	141	242
Juros e multas	285	1.189
Reversão de provisão para despesa com pessoal	1.488	1.556
Reversão de provisão despesas de publicação	96	36
Reversão de provisão de auditoria externa	-	63
Variação cambial	11	56
Rateio de serviços do exterior	-	16
Receita sobre depósito judicial	-	38
Restituição de imposto a compensar	566	-
Reembolso matriz	67	-
Reversão de garantias prestadas	159	149
Reversão provisão adicional de crédito ECL	1.815	-
Outras rec operacionais	1.408	665
Total	<u>42.875</u>	<u>38.084</u>

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 14 ii)	-	1.575
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 14 ii)	1.178	1.963
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 14 ii)	-	150
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 14 ii)	1.251	1.053
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 14 ii)	-	1.508
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 14 ii)	163	73
Provisão para pagamento de gratificação	1.165	867
Provisão para despesas com publicação	33	42
Despesas com prêmios de campanha em bens	644	-
Descontos concedidos	6	111
Variação cambial	2.165	7.274
Provisão para Garantias prestadas	57	121
Provisão para serviços técnicos especializados	117	61
Outras	425	247
Total	<u>7.204</u>	<u>15.045</u>

26. LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basiléia II

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basiléia (Basiléia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de outubro de 2013.

Apuração dos limites de Basiléia II – Consolidado

	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2021	2020
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.569.153	1.527.794
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	334.931	343.783
Parcela do Risco das Posições “Banking Book”	RBAN	52.437	66.828
Valor da margem		<u>1.181.785</u>	<u>1.117.183</u>

Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2021		2020	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	255.880	16%	261.088	17%
RWACAM	14.376	1%	9.606	1%
RWAJUR1	11.579	1%	12.518	1%
RWAJUR2	13.081	1%	21.094	1%
RWAJUR3	280	0%	1.121	0%
RWAOPAD	39.735	3%	38.356	3%

• Extrapolação

	2021	2020
Índice alcançado	37,48%	35,55%

27. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em a es com liquida o em a es. Os planos de a es livres e diferidas são liquidados com entrega de a es do Société Générale (França).

A seguir, demonstramos os valores de posi o e moviment o em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	2021	2020
Plano de a�es livres	4.309	3.753
Total	<u>4.309</u>	<u>3.753</u>
Saldo no início do semestre	4.470	2.559
Constitui�o	-	1.194
Reversão	(161)	-
Saldo no fim do semestre	<u>4.309</u>	<u>3.753</u>

28. OUTRAS INFORMA ES

Plano de pensão

A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribui o definida, o qual   administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2021, as contribui es dos patrocinadores totalizaram R\$ 440 (R\$ 418 em 2020) e pelos funcionários R\$ 562 (R\$ 535 em 2020).

29. RESULTADO POR AÇÃO

Segue abaixo, demonstrativo de resultado e ações utilizadas para cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido	59.986	55.696
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais para cálculo do lucro básico e diluído por ação		
Quantidade média de ações		
Ordinárias	508.474	508.474
Preferenciais	508.474	508.474
Lucro por ação em R\$ (reais)		
Ordinárias	0,06	0,05
Preferenciais	0,06	0,05
Lucro atribuído por classe de ação		
Ordinárias	29.993	27.848
Preferenciais	29.993	27.848

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de maio de 2021, foi deliberado e aprovado a (i) alteração da denominação social da controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil para “Société Générale Equipament Finance S/A – Arrendamento Mercantil” e (ii) aprovado a redução de capital social da controlada.

Foi aprovado pelo BACEN no dia 9 de agosto de 2021 as deliberações da AGE para a alteração da denominação social da controlada e pagamento da redução de capital para o acionista.